Título: Em debate o futuro do ensino
Data: 30/06/2022 **Veículo:** Revista Valor Setorial Saúde - SP **Página:** 97 e 98
Canal: Faculdade Ciências Médicas Santa Casa de São Paulo
Valor: 50115.14

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

EM DEBATE O FUTURO DO ENSINO

Além da expansão do número de escolas sem avaliações regulares, a má distribuição de médicos e o desequilíbrio social no atendimento demandam nova estratégia

Por Carlos Raíces

As pessoas morrem por imperícia médica no Brasil. São 55 mil óbitos por ano em decorrência de efeitos adversos graves, de acordo com estudo elaborado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) após a análise de prontuários médicos de 182 hospitais no país, aponta a Associação Médica Brasileira (AMB). São seis mortes por hora, em média, causadas por imperícia, imprudência ou negligência dos profissionais.

Parte deste problema tem início na formação profissional, acredita José Eduardo Dolci, reitor da Faculdade de Medicina da Santa Casa de São Paulo e diretor científico da AMB. Falta, na opinião de Dolci, uma formação orientada por competências e avaliações regulares e homogêneas dos cursos de medicina, especialmente após a expansão do número de escolas na última década.

A criação da Lei do Mais Médicos em 2013 ampliou o debate sobre a má distribuição de médicos no país e incentivou a criação de novas escolas de medicina em áreas pouco atendidas. Estudo realizado pelo professor Mário Scheffer, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), quantifica essa desigualdade. Existem hoje no país mais de 500 mil médicos. Sessenta por cento estão concentrados em 50 cidades com mais de 500 mil habitantes. O estudo revela ainda um desequilíbrio social: é maior o número de médicos trabalhando no setor privado, que atende só um quarto da população.

O que seria a solução tem apresentado problemas. O Brasil passou de 179 cursos de medicina em 2010, para 374 cursos em 2021; de 16 mil para 37 mil vagas. Muitas delas no interior do país, como desejado, mas faltam dados para aferir se as primeiras turmas formadas pelo programa fixaram os médicos no local. O Mais Médicos inova ao atrelar a abertura desses cursos a investimentos equivalentes a 10% do faturamento da faculdade em saúde no município, além da obrigatoriedade de fornecimento de bolsas para munícipes e instalação de residência médica. Mas a qualidade dos cursos é incerta.

O crescimento dos cursinhos particulares para residência pode ser um sinal. "Se você tem boa faculdade, não deveria ter tanta demanda por cursinho de residência", diz Luiz Fernando Reis, diretor de ensino e pesquisa do Hospital Sírio Libanês, uma das residências mais disputadas do país. A residência médica é considerada ponto nevrálgico da formação profissional e na fixação do médico nas cidades. O mapa de demografia médico mostra que a oferta de residência seguia concentrada, em 2019, nas regiões Sul e Sudeste, com algum avanço no Nordeste.

Há uma disputa sobre a verdade da premissa do Mais Médicos de que faltam profissionais no país. Muitos profissionais do setor discordam. Independentemente disso, dizem os especialistas, é preciso focar na avaliação dos cursos existentes antes de liberar novas vagas. Milton de Arruda Martins, presidente da comissão de graduação da faculdade de Medicina da USP e coordenador do Sistema de Acreditação de Escolas Médicas (Saeme), do Conselho Federal de Medicina (CFM), acredita que os novos cursos levaram melhor qualidade de saúde às regiões, mas "falta um projeto de formação médica para a sociedade".

As mensalidades dos cursos variam de R$ 3,6 mil a R$ 12,8 mil por mês. A qualidade do ensino e a estrutura oferecida pelas escolas têm parecido muito díspares, com falta de investimento em formação de professores e baixa condição de oferecer residência de qualidade. "Precisamos de um instrumento único de avaliação", defende Silvio Pessanha Neto, diretor nacional de medicina da Yduqs, segunda maior rede privada de ensino de medicina, no que concorda a presidente da Associação Nacional das Universida-

DIVULGAÇÃO

Dolci, da AMB: imperícias médicas elevam número de mortes

des Públicas (Anup), Elisabeth Guedes. "O MEC precisa voltar a fazer avaliações", defende, incluindo as escolas abertas antes da Lei do Mais Médicos, que foram abandonadas, na sua opinião.

O volume de críticas sobre o ensino médico havia levado, em 2018, o governo a decretar uma moratória de cinco anos, suspendendo a abertura de novos cursos de medicina. A moratória funcionaria como um freio de arrumação. Nesse tempo, um grupo de estudos deveria ser instituído pelo Ministério da Educação (MEC) para avaliar as escolas, indicar ajustes e fechamento de unidades se necessário. Mas o grupo nunca saiu do papel. O MEC não respondeu aos questionamentos da reportagem.

Enquanto o estudo não sai, grupos econômicos estão conseguindo na Justiça liminares que liberam a abertura de novos cursos de medicina fora das regras do Mais Médicos. Como mostrou reportagem do **Valor** de 31 de maio deste ano, as ações têm trazido apreensão ao setor. Cerca de 180 liminares estão em curso, e mais de 400 vagas foram autorizadas pelo MEC impelidas por essas ações. Essa indústria de liminares, como define Guedes, da Anup, tem conseguido liberação de cursos nos grandes centros, onde a oferta já é alta e não segue a proposta de interiorização. As medidas judiciais nada têm de ilegal, mas desorganizam o setor, ressalta ela, em um momento que deveria ser usado para analisar o resultado dos editais lançados para escolas de medicina.

A proposta da AMB para melhoria da qualidade do ensino é testar as competências dos alunos de medicina durante todo o processo educativo. Para isso, explica Dolci, pedem a aplicação do Teste de Progresso e a Avaliação Terminal da Graduação. O Teste de Progresso atinge os seis primeiros anos do curso, para averiguar o aprendizado. Um teste nacional que seria aplicado pela própria escola. No fim do sexto ano, o aluno passaria por um teste de suficiência, a Avaliação Terminal. Este seria aplicado pelo MEC. A ideia é a mesma da prova da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB): um exame que dá direito a exercer a profissão a quem passa. O secretário Hélio Angotti, do Ministério da Saúde, diz que o ministério é a favor de avaliações sistemáticas e da formação continuada dos médicos.

Uma das metas do ensino de medicina, dizem os gestores, é conectar os alunos ao sistema público de saúde, criando impacto positivo do ensino no Sistema Único de Saúde (SUS). As escolas públicas e um grupo importante de escolas particulares têm trabalhado nesse sentido. Na USP, que tem anualmente 122 vagas de medicina, a atenção básica passou a receber mais foco nos últimos anos, diz Milton Martins. Com hospitais-escola reconhecidos, os alunos de faculdades públicas têm contato desde o primeiro dia com o sistema de saúde.

Com maior agilidade na definição das grades curriculares, nomes reconhecidos como o Hospital Albert Einstein e Sírio Libanês têm investido na qualificação de seus alunos e professores e na conexão com o sistema público para além de seus próprios hospitais. O Einstein, diz Alexandre Holthausen, diretor-superintendente de ensino, que oferece 22 programas de residência e o mesmo número de cursos de aprimoramento, aposta em uma formação que, além das matérias tradicionais de medicina, fortaleça o espírito de liderança, a base humanística e a capacitação para análise de dados. O hospital, que tem forte presença na pós-graduação, mestrado e doutorado, formou sua primeira turma de graduação em 2021.

A mesma ideia segue a Afya, o grupo com 16 mil alunos, a maior base de estudantes de medicina do país, em 29 faculdades e uma universidade. Seus alunos participam de atendimentos na rede pública, além de seus centros próprios de prática. Uma das formas encontradas pela Afya para garantir qualidade do ensino foi aplicar desde o primeiro ano a prova de eficiência.

Com forte probabilidade de lançar no próximo ano um curso de graduação em medicina, o Sírio Libanês, diz Reis, tem dado foco na pós-graduação como forma de ampliar sua atuação em ensino e pesquisa. O cuidado na criação de escolas, defende, é garantir atividade de pesquisa que capacite para o ensino. "Sem pesquisa, uma instituição, no máximo, vai replicar o que os outros fazem." Bons ambientes de pesquisa formam melhores profissionais com maior capacidade crítica de decisão, diz. A busca por especialização em oncologia tem crescido nos hospitais, somando-se à tradicional busca de especialização em pediatria, cirurgia geral, clínica médica e ginecologia e obstetrícia.

Atenta à inovação, a Faculdade São Leopoldo Mandic tem apostado em hubs de tecnologia, atraindo startups para seu campus, bem como incentivando seus alunos a buscar novas soluções em digitalização, conta Guilherme Succi, diretor da escola. Tecnologia, saúde digital, doenças raras, bioética e capacidade de gestão são temas que o Ministério da Saúde tem apontado como desafios no futuro.